

## Tipos de tema e projetos de texto

24/04/23



Fala, galera do Me Salva!

Nesta aula, vamos revisar alguns tipos de tema e os respectivos projetos de texto mais apropriados para cada um deles, com a intenção de fazer você arrasar no simulado!

### Tipos de tema

#### Tema negativo

## Tema positivo

### REDAÇÕES-MODELO PARA ANÁLISE

**TEMA:** O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira

#### Alan Albuquerque

"Na obra "Triste Fim de Policarpo Quaresma", de Lima Barreto, o protagonista Policarpo é caracterizado como um doente mental por familiares e colegas de profissão devido ao seu ufanismo, sendo segregado da sociedade em um hospício. Atualmente, na realidade brasileira, os verdadeiros doentes mentais são tão estigmatizados quanto o fantasioso Policarpo, sendo tratados e observados com preconceito por considerável parcela da população. Assim, faz-se necessário analisar os alicerces que sustentam esse estigma, a citar, a ausência de ensino sobre a temática e a falta de empatia característica da contemporaneidade, no sentido de buscar desbancar tais bases prejudiciais.

Inicialmente, a falta de um conteúdo voltado aos transtornos mentais na formação educacional brasileira possibilita o desenvolvimento de concepções preconceituosas. No conto "O Alienista", de Machado de Assis, um médico acaba encarcerando a população de uma cidade inteira, já que não existiam métodos precisos para reconhecer as doenças mentais, ou seja, todas as decisões dele estavam permeadas de desconhecimento. Analogamente à obra, o cidadão que não conhece, minimamente, os transtornos da mente tenderá a criar suposições erradas, tomando ações equivocadas. Logo, a ignorância e o preconceito prevalecem.

Ademais, a manutenção dessa ignorância é fortalecida pelos ideais narcisistas valorizados hodiernamente, os quais, muitas vezes, desvalorizam o

diferente. Segundo o filósofo Byung Chul-Han, o século XXI é dominado por uma sociedade do desempenho, na qual a individualidade é extremada em detrimento do altruísmo. Nesse panorama, o indivíduo, imerso em si mesmo, não consegue enxergar e aceitar a pluralidade de seres humanos que o circundam. Dessa forma, o cidadão brasileiro, inserido nessa lógica, nega o doente mental e classifica-o como anormal, reforçando estigmas danosos.

Infere-se, portanto, que o preconceito associado às doenças mentais no Brasil precisa ter suas fundações desfeitas. Para tanto, o Ministério da Educação deve, com o suporte do Ministério da Saúde, inserir a discussão acerca das doenças mentais nas escolas, por meio de alterações na Base Nacional Curricular Comum, as quais afetarão as disciplinas de filosofia, sociologia, biologia e literatura, a fim de formar cidadãos mais tolerantes e conhecedores dos transtornos mentais. Além disso, o Ministério da Família deve fomentar a empatia social, utilizando-se de publicidades que valorizem atitudes altruístas, visando à redução do individualismo. Quiçá, nessa via, os policarpos modernos não serão segregados.

**TEMA:** O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira

### **Professor Júnior de Matos**

É inadmissível que algo tão maléfico quanto o estigma relativo às doenças mentais ainda não tenha ganhado suficiente atenção da sociedade brasileira e de seus governantes. Essa situação ilustra a inquietação do sociólogo Noam Chomsky a respeito da apatia generalizada que impede a resolução de graves questões coletivas. Diante do caso em questão, é urgente que tal falta de proatividade seja cessada nos âmbitos midiático e escolar, nos quais se encontram os principais obstáculos para o combate ao referido estigma.

De início, é oportuno lembrar que o estigma em destaque faz com que comportamentos advindos dos impactos bioquímicos de algumas doenças mentais, como a ansiedade e a depressão, sejam erroneamente desvinculados delas, perpetuando inadequadas ideias sobre seus portadores. Um ansioso, por exemplo, pode ser tido como um indivíduo que é sempre preguiçoso; um deprimido, como incapaz. Por outro lado, o estigma em foco faz com que as consequências de outras enfermidades mentais, como a esquizofrenia, sejam compreendidas como atestados da necessidade do isolamento social dos que vivem com essas mazelas, histórica problemática já denunciada na obra *Holocausto Brasileiro*, que retrata a exclusão social e os maus-tratos perpetrados no que foi o maior hospício do Brasil, o Hospital Colônia. Devido a todo o quadro explanado, o estigma às doenças mentais gera uma tensão que é capaz de intensificar o adoecimento de cidadãos com tais doenças e atrapalhar os seus processos de tratamento. Fica nítida, pois, a relevância de o governo se esforçar para combater o mal em análise.

Apesar disso, falta melhor investimento governamental em campanhas midiáticas não só elucidativas sobre os distúrbios mentais, mas também estimuladoras de uma visão solidária com aqueles que os têm. No Brasil, infelizmente, a maior parte delas ocorre

apenas durante o mês de setembro, o qual é marcado pelo Setembro Amarelo, importante campanha brasileira de prevenção ao suicídio iniciada em 2014. Ademais, vale destacar que o poder público não tem estimulado apropriadamente as instituições de ensino a debaterem o tema, apesar de a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) acertadamente recomendar que elas desenvolvam as competências sociais de seus alunos, as quais se referem a habilidades como a de saber reagir de maneira adequada ao estado emocional do outro.

Portanto, a fim de mitigar o estigma associado às enfermidades mentais no Brasil, o governo – principal responsável pelo bem-estar social dos cidadãos do país – deve investir mais na criação e disseminação de campanhas midiáticas como as mencionadas. Tal ação pode ser feita por meio de reorganização orçamentária. Ademais, deve, através do Ministério da Educação, aumentar os estímulos a suas escolas para que participem efetivamente do processo educativo contra o referido estigma.

## **TEMA:** Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil

### **Anne Isabelle**

Indubitavelmente, nos últimos anos, muitas minorias vêm ganhando voz e, conseqüentemente, reconhecimento em diversas esferas sociais. Entretanto, observa-se que não ocorre o mesmo com as comunidades e com os povos tradicionais brasileiros. Para reverter esse quadro, é de grande valia analisar como o comportamento social e como o posicionamento escolar se apresentam enquanto desafios a serem vencidos a fim de que haja a valorização dos citados grupos.

De início, é necessário evidenciar a mentalidade retrógrada e individualista enraizada em uma significativa parcela da população brasileira como um impasse diante do tema em questão. Nesse sentido, é válido ressaltar que, no imaginário popular, há a ideia de tradição como um obstáculo na busca pelo progresso, o que, inquestionavelmente, leva incontáveis indivíduos poderosos economicamente à busca pelo silêncio e pela passividade de indígenas e de quilombolas, por exemplo. Conseqüentemente, os povos tradicionais precisam lidar com inúmeros estigmas e, por conseguinte, com a falta de reconhecimento do seu valor no processo de desenvolvimento do país. Percebe-se, pois, que, embora o artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos indique que todos os cidadãos devem agir em espírito de fraternidade, no contexto nacional, essa teoria se torna utópica.

Ademais, falhas escolares oferecem continuidade ao panorama descrito e acentuam os desafios para a valorização das comunidades tradicionais brasileiras. Nessa perspectiva, é imperioso destacar que, de acordo com o Relatório de Monitoramento Global da Educação - lançado, em 2016, pela UNESCO -, a metodologia de ensino nacional é muito tecnicista e pouco focada no desenvolvimento de habilidades importantes para a formação cidadã adequada. Esse contexto pode ser bem compreendido a partir do

momento em que muitos estudantes só aprendem sobre a relevância dos povos brasileiros no contexto passado, mas pouco sabem sobre o caráter essencial deles na movimentação de economia ou na luta por um meio ambiente equilibrado. Dessa forma, se não houver mudança na metodologia de ensino aplicada no país, nota-se que os desafios em questão serão prolongados até as próximas gerações.

Em síntese, ações devem ser realizadas com o fito de maximizar o valor das comunidades e dos povos tradicionais nacionais. Nessa linha de raciocínio, a mídia televisiva - a qual ainda possui ampla penetração social - pode sensibilizar a população acerca da relevância dos grupos descritos. Além disso, o Ministério da Educação (MEC) - órgão do governo responsável pelo redirecionamento das ações escolares diante de problemas como esse - deve, por meio de palestras e de dinâmicas, amadurecer o senso crítico dos estudantes para que seja possível, a partir do desenvolvimento dessa competência, combater a invisibilidade social das populações tradicionais. Dessa maneira, ter-se-ia, de fato, o progresso nacional pautado na fraternidade.

**TEMA:** Efeitos do descompromisso da nação brasileira com o combate ao “*Aedes aegypti*”

### **Professor Júnior de Matos**

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todos os indivíduos devem ter condições dignas de vida. A fim de que isso se torne realidade, muitas são as ações necessárias. Dentre elas, destaca-se o combate a vetores de doenças, grande medida que, infelizmente, não tem sido alvo de efetiva participação de cidadãos no Brasil (país signatário do referido documento), o que é evidente quando se nota o descompromisso nacional com o enfrentamento ao “*Aedes aegypti*”, problemática a qual tem gerado deletérios efeitos à saúde pública. Urge, portanto, alterar esse cenário.

De início, é oportuno lembrar que o “*Aedes aegypti*” está envolvido com a disseminação de perigosas doenças como dengue, zika e febre amarela. A primeira é culpada por casos de choque hemorrágico que já mataram inúmeros brasileiros. A segunda está relacionada, como alerta a Biologia, com a microcefalia (má-formação que faz o cérebro não se desenvolver de modo apropriado) de fetos cujas mães tiveram a doença durante a gestação. A terceira é capaz de gerar até mesmo insuficiência hepática, fato já comprovado pela ciência médica. Ademais, vale realçar que o fato de o mosquito também ser vetor de chikungunya, enfermidade que pode provocar duradouras inflamações nas articulações, as quais causam dores fortes e limitação de movimento, sendo um obstáculo à realização de simples e importantes atividades do dia a dia, como se deslocar a pé e realizar atividade física, como mostrado por matéria do programa “Bem-estar”, da rede Globo. Tendo em vista todo o quadro explanado, deve haver comprometimento da sociedade civil com o efetivo combate ao “*Aedes aegypti*”.

Apesar disso, nota-se que um grande número de brasileiros não participa efetivamente do combate ao “*Aedes aegypti*” e, assim, falha com a saúde pública. Isso porque essa grave negligência afeta não só a residência de quem não mantém os cuidados contra o mosquito, mas também toda uma grande região ao redor da casa, uma vez que o vetor de doenças pode circular em um raio de até 100 metros de distância, existindo a possibilidade de infectar quem encontrar no caminho e de colocar seus ovos em novas residências, os quais, quando eclodirem, poderão

ser futuros transmissores de enfermidades. Diante desse quadro, cabe realçar que, em um país onde os casos das doenças causadas pelo citado mosquito ultrapassam os 80% em ambientes domésticos, há um inadmissível desrespeito à adoção dos meios necessários para acabar com o “*Aedes aegypti*”. Tal deletério contexto lembra a antiga Europa Ocidental, na qual também faltava cuidados sanitários, o que, por exemplo, gerou o acúmulo de lixo nos rios e criou o perfeito cenário para a explosão de casos da peste negra, enfermidade que dizimou um terço da população da Europa.

Portanto, é necessário que o governo – principal responsável pelo bem-estar social – dissemine mais campanhas nacionais sobre os cuidados que devem ser adotados contra o mosquito em foco. Tal disseminação deve ser realizada por meio dos principais veículos de comunicação, como a televisão, a internet e o rádio, e contar com o apoio de famosos, por exemplo, atores, cantores e influenciadores digitais, a fim de que alcance o maior número de cidadãos brasileiros. Além disso, o poder público deve intensificar a ida de agentes sanitários a casas para que estes adotem medidas de prevenção contra o “*Aedes aegypti*” nos espaços residenciais, notifiquem os lares que não estão adotando tais medidas e até mesmo multem casos de reincidência de descuidos. Dessa forma, poderá haverá efetivo compromisso da sociedade brasileira com o combate ao mosquito e, conseqüentemente, ocorrerá a diminuição dos efeitos causados por ele.

**TEMA:** A necessidade de promover educação digital para o cidadão do século XXI

### **Professor Júnior de Matos**

Na perspectiva do filósofo Jean-Jacques Rousseau, um dos princípios democráticos mais importantes, o Contrato Social, refere-se ao acordo que torna dever do Estado a garantia do bem-estar da população que o elegeu. Infelizmente, na contemporaneidade, tal princípio é desrespeitado, o que fica evidente quando se percebe que autoridades públicas não se esforçam o suficiente para a promoção da educação vinculada ao âmbito digital, necessária ação para o cidadão do século XXI a qual encontra diversos desafios. Por essa razão, convém analisar tanto benefícios advindos do ensino em pauta, quanto obstáculos à sua promoção.

Em primeiro lugar, é oportuno lembrar que o internauta que tem acesso à educação em pauta tende a não se superexpor nas redes, visto que consolida um adequado entendimento do funcionamento do ciberespaço, no qual aquilo que é de foro íntimo, se postado, entra na esfera pública. Assim, submete-se a menos riscos, como vazamento de senhas, de endereço e de outros dados pessoais. Ademais, a educação digital permite o desenvolvimento de uma visão crítica em relação às novas tecnologias de informação e comunicação, as quais, como avisa o filósofo Pierre Lévy, em sua obra “Cibercultura”, induzem ao imediatismo de respostas e à efemeridade das informações, privilegiando análises superficiais. Com o ensino em destaque, há uma retração dessa indução, ocorrendo um estímulo para reflexões mais aprofundadas. Tal fato colabora até mesmo para o combate às notícias falsas, as quais têm incitado, por exemplo, discursos de ódio, linchamentos, polarização política. Portanto, é necessário promover a educação digital para os cidadãos do atual século.

Contudo, autoridades públicas ainda não realizam investimentos adequados em campanhas midiáticas não só elucidativas sobre a importância do citado ensino, mas também estimuladoras da busca de cursos que podem promovê-lo de maneira

aprofundada. Por causa disso, não possuem relevante número de adeptos cursos como Educando para Boas Escolhas Online, iniciativa da Safernet Brasil, com o apoio do Google, voltada para democratizar o acesso à informação sobre segurança e cidadania digital para educadores da rede pública de todo o país. Além disso, vale destacar que não têm estimulado apropriadamente as instituições de ensino a debaterem o tema. Tal negligência é nítida no Brasil, apesar de a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) acertadamente recomendar que as escolas da nação desenvolvam nos jovens uma visão crítica das tecnologias da informação e comunicação, e não somente técnica.

Portanto, para que a educação digital seja desenvolvida adequadamente, é necessário que os governos – principais responsáveis pelo bem-estar social dos cidadãos – invistam mais na criação e na disseminação de campanhas como as mencionadas. Esse investimento pode ser feito por meio de reorganização orçamentária. Ademais, devem, através de seus órgãos de educação, aumentar os estímulos às escolas para que participem efetivamente do processo educativo em pauta. Com essas ações, haverá contribuição para a consolidação do Contrato Social.

**TEMA:** A necessidade de promover educação digital para o cidadão do século XXI

### **Outra versão da redação-modelo acima**

Na perspectiva do filósofo Jean-Jacques Rousseau, um dos princípios democráticos mais importantes, o Contrato Social, refere-se ao acordo que torna dever do Estado a garantia do bem-estar da população que o elegeu. Infelizmente, na contemporaneidade, tal princípio é desrespeitado, o que fica evidente quando se percebe que autoridades públicas não se esforçam o suficiente para a promoção da educação vinculada ao âmbito digital, necessária ação para o cidadão do século XXI a qual encontra diversos desafios. Por essa razão, convém analisar tanto benefícios advindos do ensino em pauta, quanto obstáculos à sua promoção.

Em primeiro lugar, é oportuno lembrar que o internauta que tem acesso à educação em pauta tende a não se superexpor nas redes, visto que consolida um adequado entendimento do funcionamento do ciberespaço, no qual aquilo que é de foro íntimo, se postado, entra na esfera pública. Assim, submete-se a menos riscos, como vazamento de senhas, de endereço e de outros dados pessoais. Contudo, autoridades públicas ainda não realizam investimentos adequados em campanhas midiáticas não só elucidativas sobre a importância do citado ensino, mas também estimuladoras da busca de cursos que podem promovê-lo de maneira aprofundada. Por causa disso, não possuem relevante número de adeptos cursos como Educando para Boas Escolhas Online, iniciativa da Safernet Brasil, com o apoio do Google, voltada para democratizar o acesso à informação sobre segurança e cidadania digital para educadores da rede pública de todo o país.

Em segundo lugar, cabe destacar que a educação em pauta permite o desenvolvimento de uma visão crítica em relação às novas tecnologias de informação e comunicação, as quais, como avisa o filósofo Pierre Lévy, em sua obra “Cibercultura”, induzem ao imediatismo de respostas e à efemeridade das informações, privilegiando

análises superficiais. Com o ensino em destaque, há uma retração dessa indução, ocorrendo um estímulo para reflexões mais aprofundadas. Tal fato colabora até mesmo para o combate às notícias falsas, o qual tem incitado, por exemplo, discursos de ódio, linchamentos, polarização política. Fica nítida, pois, a relevância da educação digital para os cidadãos do atual século. Porém, diversos poderes públicos não têm estimulado apropriadamente as instituições de ensino a debaterem o tema. Tal negligência é nítida no Brasil, apesar de a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) acertadamente recomendar que as escolas da nação desenvolvam nos jovens uma visão crítica das tecnologias da informação e comunicação, e não somente técnica.

Portanto, para que a educação digital seja desenvolvida adequadamente, é necessário que os governos – principais responsáveis pelo bem-estar social dos cidadãos – invistam mais na criação e na disseminação de campanhas como as mencionadas. Esse investimento pode ser feito por meio de reorganização orçamentária. Ademais, devem, através de seus órgãos de educação, aumentar os estímulos às escolas para que participem efetivamente do processo educativo em pauta. Com essas ações, haverá contribuição para a consolidação do Contrato Social.